

A educação como mecanismo de organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores em Autazes – AM 07.

RESUMO: A educação como mecanismo para a organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores - AM 07 em Autazes, é um debate significativo para compreender a ação política dos pescadores no Amazonas. Para tanto, os objetivos se pautaram em estudar a educação como instrumentalidade para organização política dos pescadores, considerando que a história de organização política dos pescadores na região Amazônica marca a luta pelo direito do uso dos recursos pesqueiros e o acesso a bens e serviços sociais, exigindo que estes se coloquem de forma articulada nos espaços de tomada de decisão. O estudo buscou ainda, caracterizar o perfil educacional dos pescadores da Colônia - AM 07, com intuito de identificar se a formação educacional contribui para o fortalecimento da organização política. O estudo se desenvolveu por meio de pesquisas bibliográfica, documental e de campo, analisando dados coletados numa perspectiva crítica. A pesquisa identificou que a organização política dos pescadores tem possibilitado acesso a diversos bens e serviços sociais, com enfoque nos direitos trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade pesqueira, ou seja, o seguro defeso, possibilitando compreender que os pescadores encontram na organização política uma estratégia de acesso ao recurso, sobretudo no que se refere a implantação de acordos de pesca e políticas para o setor pesqueiro. Assim, a educação, forma ou informal, se apresenta como mecanismo de fortalecimento da organização política dos pescadores de Autazes, uma vez que esta influencia nesse processo, sobretudo no diálogo com o poder público nos espaços de tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento, Posicionamento, Campo.

Education as a mechanism of political organization of the fishermen of the Fishermen 's Colony in Autazes - AM 07.

ABSTRACT: Education as a mechanism for the political organization of fishermen from the AM 07 Fishermen's Colony in Autazes is a significant debate to understand the political action of fishermen in the Amazon. In order to do so, the objectives were to study education as an instrumentality for the political organization of fishermen, considering that the history of political organization of fishermen in the Amazon region marks the struggle for the right to use fishing resources and access to social goods and services, requiring them to be articulated in decision-making spaces, which is engaged by non-formal education. In addition, to characterize the educational profile of the fishermen of the colony AM 07, in the search to identify if the educational formation contributes to the strengthening of the political organization. Thus, the study was developed through bibliographical, documentary and field research, analyzing the data collected in a critical perspective. Based on the research, the political organization of the fishermen has made possible access to several social goods and services, with focus on the labor rights as far as the fishing activity is concerned, when it is closed insurance. With this, fishermen find in the political organization a strategy of access to the fishing resource from the implementation of fisheries agreements and policies for the fishing sector, thus it was identified that: education is presented as a strengthening of the political organization of fishermen of the municipality of Autazes, since this influence in this process, especially in the dialogue with the public power and in the spaces of decision making.

Keywords: Education. Political organization. Fishermen.

INTRODUÇÃO O artigo tem como objetivo apresentar resultados acerca da

caracterização da educação como mecanismo para a organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores em Autazes AM 07, de forma a estudar a educação como instrumentalidade para organização política dos pescadores.

Assim, a organização política dos pescadores articula-se a um conjunto de mudanças ocorridas no setor da pesca ao longo da história da região. A partir dessas mudanças, fez-se necessário compreender o processo de construção da organização política dos pescadores materializada nos movimentos sociais de pescadores.

Os pescadores constituem parte de um conjunto diversificado de segmentos sociais na Amazônia, os quais possuem características próprias a partir de suas crenças, mitos, costumes etc. Constituindo uma identidade singular, que mesmo desenvolvendo uma pluralidade de atividades produtivas, possui como identidade, a de pescador.

A relevância deste artigo, pautou-se na necessidade de caracterizar a organização política dos pescadores associados na Colônia de Pescadores AM 07 em Autazes, de forma a contribuir com os estudos da temática no Amazonas, tendo em vista que os estudos relacionados aos pescadores centram-se nos estudos relacionados a ictiofauna e manuseio dos recursos e do mercado, bem como em estudos mais relacionados aos acordos de pesca. Além disso, estudar a organização dos pescadores nos remete compreender o processo de construção dos movimentos sociais dos pescadores no Amazonas.

A relevância social do estudo se configura, ainda, como forma de fomentar a equidade, onde os pescadores tenham a oportunidade de se posicionar, dentro de uma perspectiva de direitos a partir do conhecimento de sua realidade social. No que se refere a relevância acadêmica, pontuou-se a possibilidade de propiciar uma reflexão crítica acerca da organização política dos pescadores atrelado ao projeto ético político, contribuindo para mudanças contra o projeto neoliberal de dominação e exploração que atinge todos os trabalhadores, neste caso, os pescadores.

Dessa forma, pretendeu-se contribuir com as pesquisas no campo da organização política dos pescadores no Amazonas, de forma a proporcionar subsídios para os sujeitos da pesquisa, Pescadores de Autazes, sobretudo no que se refere a produção de documentos que subsidiem suas reivindicações junto ao poder público.

¹ Ictiofauna: Etimologia (origem da palavra *ictiofauna*): icti (o) + fauna: Agrupamento dos peixes que vivem em determinado ambiente e/ou região.

O estudo permitiu identificar que os pescadores passam a encontrar na organização política uma possibilidade de acesso aos recursos pesqueiros e bens e serviços sociais, assistência, direitos sociais e trabalhistas no que concerne ao exercício da atividade, seja no meio urbano ou rural. Destarte, compreende-se que tal organização tem sido importante para que os pescadores articulem um conjunto de lutas para garantia de direitos, tantos sociais como de apropriação e gestão dos recursos pesqueiros, ainda que se perceba dificuldades no processo de posicionamento político e apropriação dos instrumentos legais que norteiam os direitos e benefícios no setor da pesca.

Os resultados, apontam portanto, fragilidade na educação formal dos pescadores, que segundo os pescadores é um indicador limitador para melhor organização, tendo em vista que a educação influencia no modo como os representantes dos pescadores dialogam com o poder público e órgãos externos aos movimentos da pesca, bem como o modo como negociam como os agentes do poder público, o que exige apropriação de leis e regulamentações, nem sempre possível já que exige leitura, compreensão e debate desses instrumentos legais.

Dessa forma, Freire (2002 p. 51) pontua que no âmbito dos movimentos sociais “há um esforço de mobilizar e organizar as classes populares com o objetivo de conceber um poder popular”, de forma a possibilitar seu fortalecimento e conquista de direitos. Nessa perspectiva, compreende-se que o empoderamento dos sujeitos proporciona mudanças significativas frente a conjuntura de luta por direitos, pensando no despertar do sujeito enquanto ser. Assim, para além da educação informal, faz-se necessário vislumbrar a escola como espaço de formação, percebendo a educação numa perspectiva de religar saberes, concebendo esse poder popular. Nesse contexto, os pescadores reconhecem a educação formal atrelada a não-formal.

Ressalta-se que no processo de organização política, o perfil educacional dos pescadores, sobretudo das lideranças políticas, apresenta-se como mecanismo para o fortalecimento da organização política destes sujeitos. Assim, a educação formal e não formal se constitui como instrumento unificador de forças políticas dos pescadores nos espaços de tomada de decisão.

Portanto, a partir deste artigo espera-se contribuir com as pesquisas no campo da organização política dos pescadores, de forma a proporcionar subsídios para os

sujeitos da pesquisa, bem como, da colônia de Pescadores em Autazes, assim tendo documentos produzidos para subsidiar suas reivindicações junto ao poder público.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO A proposta metodológica se estabeleceu na modalidade de pesquisa em campo de cunho exploratório e investigativo, onde o envolvimento da população como protagonistas de sua própria história foi o foco da pesquisa. Na pesquisa *in loco* aplicou-se formulário ²semi-estruturado para o levantamento de dados quantitativo e qualitativo junto aos pescadores da Colônia AM 07 em Autazes. Na pesquisa de campo utilizou-se registro fonográfico e registro fotográfico, possibilitando assim um levantamento fidedigno das informações.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram 34 pescadores (as) associados na Colônia de Pescadores AM 07, sendo 14 mulheres e 20 homens, numa variação de idade entre 20 a 61 anos. Ressalta-se que a população participante do estudo são agentes importantes na formulação de novos saberes, no desvendamento da trama da realidade, pois são portadores de conhecimentos sobre a relação homem x natureza, o que a ciência tradicional vem negando ao longo da história. (OLIVEIRA, 2007; CHAVES, 2001). Por fim, procedeu-se com sistematização, análise dos dados e construção do texto final do artigo ora apresentado. A Colônia de Pescadores de Autazes AM - 07 no Amazonas é uma empresa privada que atua na área de organizações profissionais da pesca, fundada em 1968.

RESULTADOS E DISCUSSÃO A educação se configura como um processo de construção da cidadania, extrapolando a visão do apenas aprender a ler e escrever. Além disso, se constitui como direito de todo cidadão. Assim, o tema do artigo que trata sobre a educação como mecanismo para organização política dos pescadores da Colônia de Pescadores AM 07 no município de Autazes no Amazonas.

Logo, compreender a importância da educação como mecanismo de fortalecimento da organização política dos pescadores tem relevância à medida que a comunidade acadêmica, bem como o Estado precisa compreender a dinâmica das comunidades, especialmente, dos pescadores – sujeitos da pesquisa.

² Para Triviños (1987, p. 146) semi-estruturado tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Assim se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa.

Para tanto, destaca-se que os pescadores desenvolvem um conjunto de atividades produtivas, porém se identificam como pescadores, considerando-a como atividade principal, observando-se que a identidade está ligada diretamente com a atividade produtiva, bem como com a identidade organizativa.

Nos últimos 20 anos destaca-se a preocupação relacionada ao manejo pesqueiro, identificando-se a ausência do Estado na criação de políticas que atendam às necessidades da comunidade local, evidenciando-se a ausência de educação formal desses pescadores. Sendo a educação um fator preponderante nas comunidades ribeirinhas, principalmente, no que se refere ao fortalecimento dos movimentos sociais no desenvolvimento da comunidade. Sachs (2000, p.38) afirma que a escola teria que configurar como uma espécie de “agência local de desenvolvimento, envolvendo sistematicamente as crianças na gestão dos negócios da comunidade e dando-lhes o sentido de responsabilidade de cidadania como *quantum* de informações de valores científicos”.

Ainda, Rampazo (2005, p.18) afirma, que "o conhecimento popular é o conhecimento do povo que nasce da experiência do dia-a-dia: por isso é chamado de empírico [...] é igualmente popular [...], em geral, o lavrador iletrado tem das coisas do campo". Da mesma forma é o pescador ribeirinho que possui conhecimento sobre a natureza passando esse por gerações, relacionando esse à vivência. Vale enfatizar que, na sociedade contemporânea o conhecimento tradicional ainda não ganha lugar, efetivamente, nas estratégias educacionais no âmbito das políticas de educação. Ainda, que essa preocupação se apresente no discurso do poder público.

A relação da educação com a organização política dos pescadores, pauta-se na compreensão da nova configuração do Estado, onde a partir de um caráter democrático, permite a participação social, a exemplo dos pescadores, na tomada de decisão. Nesse contexto, observa-se duas questões: 1) a habilidade dos pescadores no manuseio do recurso pesqueiro e conhecimento da experiência empírica da pesca, tanto no que se refere ao recurso pesqueiro propriamente dito, como na defesa dos interesses coletivos; 2) fragilidades na competência, referente a defesa desses mesmos interesses nos espaços de tomada de decisão, desencadeado pela falta de posicionamento mais contundente nos espaços políticos, tendo como indicador a fragilidade da educação, pois no campo da tomada de decisão é exigido dos agentes envolvidos o conhecimento e apropriação dos instrumentos legais que formalizam o contexto da pesca.

Nesse sentido, destaca-se que a educação se constitui como instrumentalidade para o posicionamento político dos pescadores no processo de tomada de decisão. Pois, à medida que os pescadores se apropriam dos instrumentos legais do contexto da pesca, maior efetividade de representação na defesa dos interesses desses se fortalecem, tendo em vista que a educação formal se constitui, em seu sentido pleno no que se refere a formação de cidadãos políticos, como direitos de todos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem destaca no artigo 26: “Toda pessoa tem direito a educação. A educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais”. Nesse contexto, é direito de todos o acesso à educação como forma de emancipação humana, cabendo ao Estado prover meios para tais, percebendo-se no campo uma lacuna ao processo educacional.

No entanto, observa-se a fragilidade no contexto das escolas na área urbana, agravando-se no contexto rural. Assim, as deficiências da escola rural em parte se apresenta como determinante que influencia na vida dos trabalhadores rurais, a exemplo dos pescadores. Para Pimenta (2002), o fato de as escolas, no país, terem sido concebidas, inicialmente, para a educação das elites, acabou por determinar um descompasso entre a educação dos centros urbanos e a educação rural. Segundo o autor:

Esse descompasso vem se materializando na inexistência de um sistema educacional de qualidade que ofereça educação básica no meio rural, porque, mesmo de forma insatisfatória, o Estado assumiu a responsabilidade do sistema escolar urbano, enquanto que no meio rural, na maioria das regiões brasileiras até a década de 1970, nem grupos escolares tinham sido construídos. Ficava a cargo da iniciativa de particulares e da comunidade a construção ou improvisação de prédio para funcionamento das escolas. (PIMENTA, 2002, p.46).

Como não é possível compreender a educação fora do contexto social, precisa-se entender a organização política no processo da luta por direitos. Nesse contexto, a organização política é entendida como a capacidade de um grupo de se organizar, articulando-se através de movimentos sociais. Assim, a organização pauta-se como um elemento do movimento social, onde uma classe organizada tem maior possibilidade de se posicionar para reivindicar seu direito (PIMENTA, 2002).

Do ponto de vista social, a pesca historicamente vem possibilitando o estabelecimento de relações sociais no setor da pesca, constituindo-se em um processo de organização social particular para realização da atividade da pesca. Do

ponto de vista político, os pescadores organizam-se para o enfrentamento das adversidades vivenciadas no contexto da pesca, os quais buscam resistir desde a concorrência de métodos mais modernos de captura de pescado à luta contra a entrada de comerciantes não- pescadores, que se instalam no contexto da pesca (OLIVEIRA, 2007).

Nesse contexto, destaca-se que a história de luta e de organização social e política dos pescadores na região Amazônica marcam a luta pelo direito do uso dos recursos pesqueiros em decorrência da grande intensificação da pesca e inserção de novos atores sociais na atividade pesqueira (OLIVEIRA, 2007).

No âmbito da política social, as comunidades e os pescadores intervêm através de suas lideranças. Contudo, ainda são extremamente poucos os que se envolvem efetivamente no processo de participação política. Conforme resultados preliminares da pesquisa, aponta-se que a baixa participação ocorre pela falta de apropriação e devido conhecimento para lidar com questões políticas, existindo assim uma fragilidade por “entenderem” que não possuem a “competência técnica” para a compreensão, operacionalização e questionamento das leis.

Ressalta-se, que no que se refere a capacitação ofertada pelos órgãos públicos, esta acaba por atender os interesses do Estado, pois a capacitação dos pescadores conduz para uma postura passiva, onde os mesmos, por receberem subsídios do Estado, não “podem” se posicionar de forma mais contundente. Assim, os pescadores tornando-os alvos de interesses antagônicos.

Para Demo (2001) há necessidade de trabalhar a organização política enquanto ponto decisivo e emancipatório no confronto entre sociedade e Estado, já que este último detentor da hegemonia acaba por direcionar muitas vezes a atuação dos movimentos [...], o Estado define a forma de atuação, bem como os líderes. A esse respeito pode-se afirmar que o Estado é um grande articulador das forças hegemônicas, motivo pelo qual o torna forte (Demo, 2001). Para Chaves (2001) a condição dos pescadores se configura enquanto segmento empobrecido da zona rural e distante dos processos decisórios que definem políticas públicas que influenciam definitivamente a realidade local.

Chaves et al (2004, p.126) afirma que a defesa do exercício da prática da pesca, por exemplo, e o acesso aos direitos trabalhistas e sociais dos pescadores “varia conforme o nível de organização e mobilização política da entidade representativa da

categoria a qual pertence”, bem como direciona a forma de organização, mobilização e articulação, conquistando assim espaços de poder.

Oliveira (2007) ao citar (Souza 1991), afirma que a organização política deve ser apreendida como uma articulação consciente, em defesa de necessidades e interesses comuns, “percebidos coletivamente, que alimentam ações coordenadas e que buscam satisfazer a interesses coletivos” (p.23). Oliveira ao citar Demo (2007), afirmar como organização política:

(...) o primeiro canal de participação, seja ao nível da aglutinação de interesses (grupos de interesse), seja ao nível da composição localizada (comunidades). Algumas formas de organização já são clássicas na democracia. Como partidos, sindicatos, cooperativas e outras expressões associativas, dentro ou fora do espaço econômico (2007, p. 25).

Nesse sentido, o que se percebe hoje é a classe subordinada a um estado de exclusão, fragmentada e enfrentando circunstâncias adversas de sobrevivência, e o que deveria ser o Estado provendo políticas públicas, esse mantém a categoria subordinados a ele, refletindo assim na colônia, a qual tem encontrado dificuldades ao acesso a diversos bens e serviços sociais em sua totalidade, portanto se faz necessário o que afirma Bogo:

É preciso retomar as lutas de massas, reconstruir as convicções voltadas para os desafios de nosso tempo, respeitar a cultura local, formular métodos adequados. (2005, p.10).

Assim, afirma o autor, que é preciso a unificação da classe dos trabalhadores numa mobilização organizativa, de forma a se fortalecer enquanto tal, num processo de lutas sociais, onde trazemos a discussão que a ausência da educação formal a deixa fragilizada, impedindo-a de criar estratégias na luta contra um sistema desigual e opressor. No contexto da pesca no Amazonas, essa unificação se apresenta como significativo desafio, principalmente, no que concerne a logística.

Como resultado a pesquisa identificou que o pescador na cidade de Autazes possui o nível de escolaridade baixo, onde 33% dos pescadores haviam cursado até o 4º ano do fundamental, 37% chegaram ao 8º ano do fundamental, 9% não eram alfabetizado e somente 15% haviam concluído o ensino médio, percebesse assim a educação básica no município como algo ainda insatisfatório.

Ao serem questionados sobre o ingresso à vida escolar, alegaram inúmeros fatores, levando a pararem seus estudos, inclusive a necessidade de trabalhar e a não

conciliação com os estudos, onde 20% dos pescadores com idade avançada advindo com inúmeras doenças. Ao questionar aos mais idosos, 52% afirmaram que em sua época, o acesso à escola era difícil e outros 5% que alegaram não haver escolas na comunidade de Autazes. Esses dados apontam para um sistema educacional fragilizado no Estado, que historicamente não atendeu as reais necessidades da população regional, sobretudo em comunidades ribeirinhas.

Dos pescadores entrevistados, 58% expressaram o desejo de retomarem aos estudos sendo 58%, porém sem reais possibilidades, um número significativo, nos levando a refletir que esses reconhecem a importância da educação para a vida em sociedade. Outros 42% descartam a possibilidades de retomar os estudos, especialmente pela questão da idade, bem como de fatores como: saúde, falta de tempo, dificuldades em acompanhar. Dos entrevistados, 40% afirmaram que reconhecem a importância da educação formal, pois afirmaram que através da educação se tem conhecimento dos direitos e ainda melhora a condição financeira. Porém, as dificuldades de conciliar os estudos, implicam diretamente na possibilidade do retorno aos estudos, sendo movidos pelos fatores negativos como visto anteriormente nas dificuldades de ingresso nas escolas.

Em análise reflete-se que a educação formal, associada a educação informal, é uma ferramenta que tem possibilidade de empoderar esses pescadores, pois formar cidadãos é ajudá-lo a se capacitar para lidar com noções e problemas surgidos nas mais variadas situações, tanto de trabalho, sociais, culturais e éticas Libâneo(2001). Percebendo-se a importância da educação para a atividade da pesca, como forma de compreensão e fortalecimento na luta desses agentes no campo sociopolítico, onde 58% afirmaram ser de suma importância a educação para a atividade na pesca, ainda 36% confirmaram que a educação vem a ser uma forma de fortalecimento na luta por direitos.

Ao serem questionados sobre o tempo do exercício profissional, constatou-se algo bem significativo, pois o índice de pessoas inseridas no exercício profissão como pescador a menos de 5 (cinco) anos é relevante, pois esses foram inseridos por seus pais na atividade laboral como pescador, dando continuidade a uma cultura que perpassa gerações, sendo esses 37% ao que se refere ao tempo de exercício a menos de cinco anos e 12% acima de 30 anos. No entanto, vale salientar que esses pescadores desejam que seus filhos estudem e não continuem na profissão de pescador, onde o incentivo desses pais é maciço para com os filhos. Costa (2004) e

Garcia (2007), corroboram a ideia de que os pais não querem o futuro da pesca para seus filhos, com isso desencadeia a seguinte reflexão: se essa geração abandonar a profissão de pescador, daqui a algumas décadas a cultura de pescador artesanal se tornará extinta, sendo um ponto preocupante.

Assim, percebe-se a importância da educação para a atividade da pesca não só para fortalecimento político, mas para a própria reprodução social da atividade na região. Dos entrevistados, 6% afirmam ser importante para compreender os direitos, 36% afirmaram ser a educação uma forma de fortalecimento na luta por direitos e 58% considera muito importante a educação para a pesca. Destarte, mesmo como resultado preliminar, este demonstra a fragilidade na forma como esses pescadores se posicionam, logo a educação traria um despertar de consciência, um empoderamento, possibilitando uma ampliação em sua cosmovisão na realidade ao qual estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS Estudar a organização dos pescadores nos remete a compreender que a educação é um elemento fundamental para seu fortalecimento. Onde partindo da lógica do direito de uma sociedade é seguir princípios éticos e moral, baseando-se nas necessidades dos seres humanos e não nas necessidades do mercado. O analfabetismo e o precário acesso às informações e a educação formal no meio rural, também contribuem para uma diferenciação dos padrões de comunicação, culminando a diversos fatores de vulnerabilidade social.

Dentro de um estado democrático de direito, a dignidade humana vem a ser um dos principais princípios que estruturam o estado. Ao que se afirmar na declaração dos direitos humanos: toda pessoa tem o direito de ser reconhecida como tal perante a Lei em qualquer lugar. Nessa perspectiva, Scherer-Warren (2006) afirma que esse “espírito democrático” incorpora novos significados, incorporando na democracia não só mecanismos universais abstratos de “igualitarismos” (civis, de direitos políticos, etc.), mas de reconhecimentos aos direitos à diferença (cultural, étnica, de gênero, etária, etc.) (p. 102).

Na perspectiva dos pescadores, a educação se caracteriza como ferramenta de articulação para atuar na conjuntura atual, de modo que transforme culturas políticas arraigadas em uma postura de dependência, para uma cultura política transformadora e emancipatória.

Portanto, incipientemente, pontua-se que a educação formal é um instrumento para a organização política dos pescadores associados a colônia de pescadores de Autazes- AM 07, materializando assim a emancipação sociopolítica desse pescador, sendo a educação formal atrelada a não-formal, sendo essa conjugada, um elemento fundamental para o fortalecimento dos pescadores, onde ao despertar de consciência seja capaz de gerir a sociedade em todos os seus aspectos e de intervir diretamente nela, com a força política. Destarte, através da organização política que se configurará como objeto unificador das forças políticas dos pescadores trará um posicionamento mais contundente para reivindicar direitos sociais e uso de recursos pesqueiros, em suma, somente sujeitos em sentido pleno conseguirão elaborar a ideia fundamental de justiça.

REFERÊNCIAS

BOGO, Ademar (org.). *Teoria da Organização Política: escritos de Engels – Marx – Lênin – Rosa – Mão*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BRASIL, MEC. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. 2013.

CHAVES, Ma. Do P. Socorro R. *As condições de Vida e de Uso dos Recursos pelos moradores do Parque Nacional do Jaú*. IN: Janelas para a Biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade na Amazônia. FVA, Manaus, 2004. (p. 63 a 78).

DEMO, Pedro. *Pobreza Política: 6ª ed.* Campinas/SP: Coleção Polêmicas do nosso tempo; v.27), 2001.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*, 1966.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p.99.

GARCIA, R. L. *A busca da coerência: reflexões sobre a produção do GT Educação Popular*. Revista Brasileira de Educação – ANPED. Set/Out/Nov/Dez 2001 N° 18. _____. *Movimentos Sociais - Escola - Valores*. In. _____. (org.) *Aprendendo com os Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. P. 7-16.

GRAMSCI, Antônio. *Para uma teoria do conhecimento em Gramsci*. Juiz de Fora – MG: Acessa.com 2000. Disponível em: <https://www.acessa.com/gramsci/?id=284&page=visualizar>. Acesso:25/11/2017.

OLIVEIRA, Maria Francenilda Gualberto de Oliveira. *A organização política dos pescadores ribeirinhos da comunidade de Tauarú-Taabatinga*. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PIMENTA, L. F. M. *Por uma nova Educação Rural voltada ao Desenvolvimento Regional Sustentável*. Disponível em: http://www.cndrs.org.br/documentos_forum/2002/07/nova_educacao_rural.doc, 2002. Acesso em: 17/04/2017.

RAMPAZO, L. *Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. 3ª edição, As Paulo: Loyola, 2005. P. 17-27.

SARLET, I. W. *Dignidade da Pessoa Humana e os Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 7ª ed., ver. E atual. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2009.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil*. IN: Gestão de Recursos Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª ed. Cortez: São Paulo, 2002. (p. 115 a 146).

SOUSA JUNIOR, Justino de. *Marx e a crítica da educação: da expansão liberal democrática à crise regressivo-destrutivo do capital*. - A parecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SCHERER, Warren. [Org.] *Dossiê: movimentos sociais*. Revista: Sociedade e Estado, Volume:21, número 1, janeiro/abril 2006. Universidade de Brasília – Departamento de Sociologia.